

SECRETARIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO COMISSÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E PESQUEIRA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 100/08

Cria, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE ORGÃOS

Art. 1º. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI, com a competência de promover o Desenvolvimento Agropecuário e a Regularização Fundiária do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Fica extinto o Instituto de Colonização e Terras do Estado de Rondônia – ICOTERON, autarquia estadual, criada pela Lei Complementar nº 403, de 20 de dezembro de 2007, sendo as ações de sua competência absorvidas pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DA SEAGRI

Art. 3º. À Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI compete:

I - participar da formulação e implementação das políticas e diretrizes para o desenvolvimento agropecuário, pesqueiro, florestal, agroindustrial e de regularização e ordenamento territorial do Estado;

II - coordenar, acompanhar e monitorar a execução dos projetos de apoio ao desenvolvimento agropecuário, pesqueiro, florestal, agroindustrial e de regularização e ordenamento territorial do Estado;

III - promover a atração, localização, manutenção, e desenvolvimento de iniciativas agropecuárias, pesqueiras, florestais e agroindustriais de interesse para a economia do Estado;

IV - promover o apoio do setor público estadual ao setor privado, notadamente aos produtores rurais, coordenando, acompanhando e monitorando a execução de programas de assistência financeira, creditícia, tecnológica e de divulgação de conhecimento e informações;

V – implantar pólos estratégicos de produção agropecuária, pesqueira, florestal e agroindustrial;

VI – estimular a melhoria da qualidade da produção local, através do fomento de sementes selecionadas, mudas, outros insumos, matrizes e reprodutores;

VII – promover as atividades de assistência técnica e extensão rural;

VIII – incentivar a recuperação e a revitalização das culturas no Estado;

IX – disseminar informações sobre o mercado agropecuário, pesqueiro, florestal e agroindustrial;

X – incentivar o aumento da produtividade rural, com o emprego de tecnologias inovadoras de produção e gestão racional da propriedade rural;

XI – viabilizar a concessão de crédito para aquisição de insumos em geral, máquinas e equipamentos, destinados ao desenvolvimento da agroindústria familiar;

XII – estimular a recuperação de áreas alteradas, incorporando-as ao processo produtivo;

XIII – colaborar na formulação e implementação da política agrária do Estado, respeitada a legislação federal;

XIV – executar os projetos de colonização ou assentamento de colonos, promovendo a distribuição de terras com pequenos produtores, não proprietários e nem ex-beneficiários de terras, dentro das diretrizes e objetivos dos programas de desenvolvimento rural integrado e em bases sustentáveis;

XV – adotar as providências necessárias na administração das terras da Fazenda Pública Estadual e das terras devolutas do Estado, preservando-as contra danificações e invasões e recuperando aquelas que, indevidamente, não se encontrarem em sua posse ou domínio;

XVI – promover a captação de recursos destinados a programas fundiários e de colonização;

XVII – adotar as providências necessárias com fim de definir e regularizar as áreas dominiais que dentro do território do Estado, constituem-se patrimônio fundiário, observado o disposto na alínea “b”, do inciso II, do artigo 17, da Lei Complementar nº 224, de 4 de janeiro de 2000, com redação dada pela Lei Complementar nº 384, de 27 de julho de 2007;

XVIII – adotar as providências necessárias à titulação das posses legítimas ou regularizáveis, respeitada a legislação aplicável à espécie;

XIX – organizar e manter atualizado o Cadastro Rural do Estado;

XX – executar desmembramentos ou parcelamentos das terras devolutas arrecadadas e incorporadas a seu patrimônio, efetivando a sua distribuição, observadas as normas da legislação aplicável a espécie;

XXI – celebrar convênios e contratos com a União, Estados, Municípios e entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, para financiamentos, execução, assistência técnica ou administrativa de planos, programas e projetos de reforma agrária e colonização ou relacionada com o desenvolvimento rural;

XXII – indicar ao órgão federal competente as áreas que apresentem características que recomendem a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária;

XXIII – adotar os procedimentos necessários com fim de promover, amigável ou judicialmente, desapropriação por necessidade ou utilidade pública, tendo em vista a execução da política fundiária do Estado, solicitando prévia delegação de poderes da autoridade federal competente, quando se tratar de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária; e

XXIV – legitimar, atendendo a legislação pertinente, bem como o procedimento adequado, a posse do ocupante de terras públicas estaduais que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e de sua família, concedendo-lhe o título definitivo a que faz jus, na dimensão da Lei Federal.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º. Integram a estrutura organizacional básica Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI:

I – como direção superior, a instância administrativa referente ao cargo de Secretário de Estado;

II – como coordenação técnica, a instância administrativa referente ao Secretário Adjunto;

III – como apoio e assessoramento, as seguintes unidades:

a) Gabinete do Secretário; e

b) Assessoria Jurídica, Técnica e de Comunicação.

IV – como atuação instrumental, a Coordenadoria de Administração e Finanças;

V – como atuação programática, as Coordenadorias de Programas e Gerências de Projetos;

VI – como atuação operacional, os Executores de Projetos;

VII – como apoio operacional, os Assistentes Técnicos; e

VIII – como atuação deliberativa, consultiva e normativa, os órgãos colegiados.

CAPÍTULO IV DA VINCULAÇÃO DE ÓRGÃOS

Art. 5º. Vincula-se à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI:

I – o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR/RO;

II – a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON; e

III – o Fundo de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Rondônia.

CAPÍTULO V DOS CARGOS DE DIREÇÃO SUPERIOR

Art. 6º. As nomenclaturas e os quantitativos dos Cargos de Direção Superior da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI são os constantes do Anexo único desta Lei Complementar, os quais passaram a integrar o Anexo II, da Lei Complementar nº 224, de 2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 7º Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a promover de forma gradativa, as alterações decorrentes da presente Lei Complementar, devendo ser editados os decretos, regimentos e regulamentos indispensáveis à estruturação e funcionamento da SEAGRI.

Parágrafo único. Incluem-se nestas alterações matérias relativas à Lei Orçamentária Anual, Lei do Plano Plurianual, ajustes contábeis, orçamentários, patrimoniais e financeiros, bem como a distribuição do quadro de pessoal da antiga Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social - SEAPES.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Comissões, 03 de julho de 2008.

Deputado Luiz Cláudio
Relator

ANEXO ÚNICO

**CARGOS DE DIREÇÃO SUPERIOR DA SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E REGUALRIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SEAGRI**

CARGO	QUANT.	SÍMBOLO
Secretário de Estado	01	Subsídio
Secretário Adjunto	01	CDS-20
Chefe de Gabinete	01	CDS-13
Assessor I	05	CDS-14
Assessor Especial Jurídico	02	CDS-17
Assessor Especial Técnico	02	CDS-17
Assessor Jurídico	02	CDS-16
Secretária	02	CDS-10
Motorista	01	CDS-10
Coordenador de Programa de Desenvolvimento Agrícola e Pecuário	01	CDS-17
Coordenador de Programa de Regularização Fundiária	01	CDS-17
Coordenador de Administração e Finanças	01	CDS-17
Coordenador Regional de Ariquemes	01	CDS-17
Coordenador Regional de Ji-Paraná	01	CDS -17
Coordenador Regional de Rolim de Moura	01	CDS-17
Coordenador Regional de Vilhena	01	CDS-17
Gerente de Programas	06	CDS-16
Gerente Regional de Ariquemes	01	CDS-16
Gerente Regional de Ji-Paraná	01	CDS -16
Gerente Regional de Rolim de Moura	01	CDS-16
Gerente Regional de Vilhena	01	CDS-16
Executor de Projetos	16	CDS-14
Assistente Técnico I	16	CDS-13
Assistente Técnico II	15	CDS-12
Assistente Técnico III	10	CDS-11
TOTAL	91	-